

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE nos EDcl no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº  
1.372.643 - RJ (2018/0253545-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : SICOR RIO SERVIÇO INTEGRADO DO CORAÇÃO LTDA**  
**ADVOGADO : MARCOS ANTONIO PETTINE MONTEIRO E OUTRO(S) -**  
**RJ116482**  
**RECORRIDO : UNIÃO**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF. SEGUIMENTO NEGADO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por SICOR RIO SERVIÇO INTEGRADO DO CORAÇÃO LTDA., com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 254):

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO ART. 253, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, DO RISTJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1. O Recurso Especial deixou de ser admitido considerando a ausência de similitude fática para comprovação do dissenso jurisprudencial e a incidência das Súmulas 5, 7 e 83 do STJ.

2. A decisão ora atacada não conheceu do Agrado em Recurso Especial em razão da falta de impugnação acerca de não cabimento de Recurso Especial por ausência de similitude fática e a incidência das Súmulas 5 e 83 do STJ.

3. Como cediço, a parte, para ver seu Recurso Especial inadmitido ascender ao STJ, precisa primeiro desconstituir todos os fundamentos utilizados para a negativa de seguimento daquele recurso, sob pena de vê-los mantidos.

4. Havendo omissão de impugnação específica e consistente acerca de todos os fundamentos da decisão questionada, fica inviabilizado o Agrado, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ.

5. Registre-se que o momento adequado para impugnação dos fundamentos da decisão que não admite o Recurso Especial é quando da interposição do Agrado em Recurso Especial, sob pena de preclusão caso feita em momento posterior.

6. Agrado Interno não provido.

# Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados às fls. 280/285.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 289/301), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 5º, incisos XIV e XXXIII, da Constituição Federal, alegando, para tanto, que "o entendimento exposto no acórdão da Turma do Tribunal Regional, não se coaduna com os princípios esculpidos no capítulo constitucional dos direitos fundamentais, notadamente, no que se refere ao acesso à informação, seja por contrariar a lei de acesso à informação, seja por via de consequência, violar aos dispositivos constitucionais supra mencionados" (*sic*) (fl. 301).

Apresentadas as contrarrazões às fls. 308/310.

É o relatório.

**O recurso extraordinário não comporta seguimento.**

Da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário negou provimento ao agravo interno, para manter incólume decisão unipessoal que não conheceu do agravo em recurso especial, em razão da deficiência da impugnação recursal que não refutou os fundamentos da decisão recorrida.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE

# *Superior Tribunal de Justiça*

JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTELATÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

E, exatamente por isso, vale dizer, a não análise do mérito, fica inviabilizado o exame das questões suscitadas neste recurso extraordinário, relacionadas à apontada ofensa ao artigo 5º, incisos XIV e XXXIII, da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura  
Vice-Presidente